

## **A eclosão do turismo sexual em Cabo Verde**

### **Resumo:**

O artigo pretende expor a violência resultante das opções desenvolvimentistas dos governos cabo-verdianos pós-coloniais, nomeadamente a aposta no turismo de massa. Parte-se do caso de uma jovem república em vias de ser invadida pelo turismo sexual para se esboçar a prefiguração do que a globalização significa em termos de relações Norte-Sul. Em Cabo Verde, explosões de uma sexualidade e violência juvenil não-domesticáveis, na medida em que agridem o senso moral e os interesses das famílias de classe média em processo de distanciamento sociocultural de suas origens populares, desencadeiam um conjunto de estudos financiados pelas redes internacionais de protecção social. Na esteira de um desses estudos, o artigo parte de um trabalho de campo realizado em 2005 e outro em 2010 em que se entrevista um grande número de crianças em situação de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, turismo sexual, prostituição juvenil, globalização.

### **Summary:**

This article aims to expose the violence resulting from the developmental options of the postcolonial Cape Verdean government, with a particular focus on mass tourism. In this case, it is about a young vulnerable republic which is about to be invaded by sex tourism. The article outlines the “dark side” of what globalization means in terms of North-South relations. In Cape Verde, an explosion of juvenile sexual abuse and violence is taking place, to the extent that it affects the moral sense and interests of middle-class families in the process of socio-cultural distance from their popular origins, which has in turn, triggered a series of studies funded by international networks for social protection. In the wake of one of these studies, an article was produced from a field study conducted in 2005 and another in 2010, in which a large number of children in vulnerable situations were interviewed.

**Keywords:** Cape Verde, sex tourism, prostitution, juvenile, globalization.

## **Introdução**

Este artigo pretende expor, em uma de suas dimensões mais dramáticas, a violência resultante das opções desenvolvimentistas dos governos cabo-verdianos pós-coloniais, nomeadamente a aposta no turismo de massa como via para o desenvolvimento e seu efeito de exacerbação da exploração sexual de adolescentes. Sob o imperativo do desenvolvimento, os últimos governos pós-coloniais de Cabo Verde não têm medido esforços no sentido de atrair a indústria do turismo como a grande via do desenvolvimento do país.

Na primeira parte deste artigo exponho como a denúncia à exploração sexual explode num relatório de investigação governamental sobre os riscos à que crianças e adolescentes estão expostos em Cabo Verde. Na segunda parte, discuto as possibilidades e os limites epistemológicos desse tipo de estudo demandado por gabinetes ministeriais. Este artigo é um esforço para, a partir da exposição de denúncias ao turismo sexual, explorar os limites epistemológicos atuais das ciências sociais tal como inseridas no que Giddens (1997) chama de reflexividade institucional.

Giddens define a prevalência global da reflexividade institucional na modernidade tardia pelo fato do conhecimento especializado estar aberto à reapropriação a qualquer pessoa com tempo e recursos necessários. Diferentemente das análises que relacionavam discursos institucionais e normalização de corpos (ao modo como os "discursos" funcionam para Foucault), Giddens (1997) nos convida a apreciar o tipo de relatório que se faz em ciências sociais como sistemas especialistas inseridos numa dupla hermenêutica típica da modernidade tardia. Sistemas especialistas na versão de Giddens se estendem, é claro, além dos relatórios que escorregam das gavetas institucionais aos debates e às decisões cotidianas dos leigos.

O que está em jogo sob o conceito de reflexividade institucional é o modo como a utilização sistemática de informações se articula a auto-tematização da modernidade tardia como produtora de seus próprios riscos. Giddens faz do sujeito da modernidade tardia, esse da reflexividade institucional, a encarnação do cientista popperiano<sup>1</sup>, indivíduos modernos como sujeitos hábeis em meio a conjecturas arriscadas e refutações sempre possíveis, conjecturas na maior parte das vezes substantiadas por muitos especialistas em um espaço mais ou menos amplo de divergências.

Sob esse arcaboço epistêmico, as ciências sociais nos são apresentadas rendidas ao nilismo e a política paralisada sob o excesso de sentidos para um construtivismo rasteiro. Na medida em que as receitas incertas dos relatórios científicos carregam implícitas instruções de utilização titubeantes, os resultados, mesmo sobre os acontecimentos de grande risco, tendem a reduzir-se a disputas de sentido.

Buscando escapar ao círculo vicioso do construtivismo idealista, este

---

<sup>1</sup> O modo como a teoria da estruturação se desenvolve sob às restrições epistemológicas impostas pela *Miséria do historicismo* (Popper, 1980) e se articula bem às concepções individualistas liberais poderia ser esmiuçado a partir das contribuições críticas de Kilminster (1991).

artigo se insere no quadro pós-constitutivista das ciências sociais e pretende faz ressoar o acontecimento – o turismo sexual em Cabo Verde – em suas dimensões ontológicas<sup>2</sup>.

Por sua posição geográfica na extremidade insular mais ocidental da África, sua estabilidade política e de crescimento econômico desde a descolonização em 1975, e sob o ideologema da identidade nacional mestiça (Anjos, 2000), Cabo Verde vem sendo construído como atrativo ao turismo, e na esteira, ao turismo sexual. Com uma população de 491.575 habitantes segundo o censo de 2010, maioritariamente jovem na sua estrutura etária<sup>3</sup> e sob a conformação atual das relações de força entre classes que se expressa nas opções de desenvolvimento dominantes, a prostituição de adolescentes é um acontecimento trágico em eclosão.

A situação de Estado-nação colonizado sem a presença policial do colonizador produz alguns efeitos paradoxais. A violência resultante das lutas pelo controle de um Estado frágil, mais principal fonte de captação e redistribuição de recursos do exterior que proporcionam o enriquecimento de uma achatada pequena burguesia tende a dar uma feição peculiar às contradições do acirramento atual das lutas de classe. A extrema dependência da ajuda externa confere uma docilidade peculiar às elites que processam as injunções das agendas internacionais. Nessa etapa pós-colonial as metrópoles não precisam se preocupar com o controle da violência e das contradições desorganizadoras de Estados dependentes a não ser quando colocam em risco seus interesses estratégicos. Por outro lado, cabe à mão esquerda dos poderes imperiais<sup>4</sup> proporem, aos governos africanos fragilizados, agendas de controle dos riscos sociais gerados ou exacerbados pela violência global.

Como por toda a África sub-sariana, em Cabo Verde o efeito global do controle imperialista indirecto dos riscos sociais e da direcção imperialmente constrangedora dos rumos da economia é o afundamento da legitimidade do Estado e a perda de força evocativa do imaginário de comunidade nacional. O controle flutuante

---

<sup>2</sup> Para uma revisão das tendências atuais a uma virada ontológica, que sucede à virada linguística e epistemológica das ciências sociais, conferir Vandenbergue (2011).

<sup>3</sup> Segundo o Censo de 2010, 50% da população do país tem menos de 22 anos (CABO VERDE, 2011).

<sup>4</sup> Uso o conceito nos termos de Negri (2002), o Império do nosso tempo como sendo evidentemente, monárquico, em que os últimos conflitos militares demonstram o quanto o Pentágono domina o mundo com suas armas atômicas e sua tecnologia militar; mas também em que o controle econômico é exercido a partir de instituições econômicas supranacionais, como a OMC, o Banco Mundial e o FMI e, por fim, no modo como uns poucos Estados-nação dominantes conseguem gerenciar os fluxos econômicos e culturais globais, controle emblemático, por exemplo, nos encontros das nações do G-8, como uma espécie de governo aristocrático global.

dos riscos sociais pelas agências internacionais produz uma situação de país monitorado de forma imperialista sem a presença militar metropolitana, controle exercido na forma da regulação e alinhamento dos interesses das elites políticas locais aos interesses neocoloniais.

Em África, a extrema marginalização de amplos segmentos, percebidos nas grandes agendas mundiais como população em risco, algo como o lado externo da segurança dos sistemas estatais estratificados sob o neo-colonialismo global, gera uma imagem de violência e abandono que mobiliza engajamentos institucionais solidários numa relação norte-sul que é tão compensatória quanto impositiva e paliativa<sup>5</sup>.

Tais imagens de abandono e precariedade, também por força de sua mediatização, implicam projetos e acções por parte de agências de solidariedade internacional que articulam em rede instituições não-governamentais internacionais e parceiros locais através dos interstícios de soberanias cada vez mais debilitadas e porosas em relação aos interesses imperiais. A semelhança dos demais porosos Estados africanos sub-sarianos, o Estado cabo-verdiano, reduzido, na sua efetividade, à função do controle da violência, tende a ser supra-administrado em sua agência de protecção social pela rede de instituições de um clero internacional que lhe define as agendas sociais (Anjos, 2003)<sup>6</sup>.

É a essa rede em articulação internacional que tem cabido o diagnóstico dos “problemas sociais” que as agências estatais devem tratar de forma executiva em competição com as organizações não-governamentais locais. A fragilidade organizacional dos Gabinetes de Estudos dos Ministérios ligados à área da protecção social justifica que as agendas derivem de um diagnóstico comparativo intercontinental estabelecido pelas agências transnacionais como os organismos da ONU e do Banco Mundial. A ineficiência da governança mundial supra-estatal abre espaço também para as agendas de um esquerdismo desnorreado na forma de uma solidariedade à distância

---

<sup>5</sup> Africa epitomizes another otherness, a product less of an axis of evil than an axis of irrelevance. Bereft of its former strategic significance and unpromising to those in search of profitable commodity markets, the continent disappears once more behind colonial images of nature red in tooth and claw. Once more it becomes a site for European philanthropy and adventurism. (COMAROFF, 2007: 201).

<sup>6</sup> Se for necessário pontuar que esses processos de importação de agendas e instituições internacionais não acontecem sem resistências no interior das elites Estatais, cabe lembrar com Dezalay e Garth que “aqueles que estão excluídos de participar na elaboração das regras de governo e na operacionalização dessas instituições podem questionar a legitimidade da aplicação do conhecimento técnico internacional (...) em um nível nacional, é possível levantar questões semelhantes sobre a elite cosmopolita. Ela pode ser acusada pelos profissionais do ‘baixo clero’ de ‘vender o Estado’ no mercado internacional” (DEZALAY, Y.; GARTH, B. 2000: 176).

exercida pelas grandes ONGs do norte.

*Convirtiendo la solidaridad con el Tercer Mundo y con los movimientos de lucha en contra de las renovadas dependencias imperiales, el neoliberalismo, en un asunto de intervención desde un esquema de apoyo o solidaridad en la distancia. Este espíritu pervivió de forma mucho más acentuada bajo la nueva matriz institucional y de ONGs que se desató tras el encuentro de Beijin de 1995 y los foros mundiales subsiguientes; la pobreza, el subdesarrollo y, más recientemente, la sostenibilidad quedaron definitivamente petrificadas en las agendas institucionales del capitalismo compensatorio. (Eskalera Karakola, 2004, p.21).*

Os efeitos locais dessa petrificação das agendas de protecção social em um plano institucional internacional é o enquadramento do espaço de emergência de movimentos sociais. O espaço de intervenção para a protecção social passa a se constituir como um campo de concorrência entre ONGs e agências estatais em disputas por protagonismos a serem exibidos aos “doadores internacionais”. A lógica dessas disputas tende a uma concentração excessiva de recursos nos programas e ações já conhecidos e estabelecidos internacionalmente. O resultado é uma performatização de vulnerabilidades adequadas a manutenção de um conjunto de relações hierárquicas entre instituições internacionais, Estatais e ONGs locais. O exercício de produzir outras visibilidades, para além daquelas enquadradas nas agendas internacionais em matéria de protecção social é contrafeito pelas limitações do tempo reduzido imposto às pesquisas sociais em forma de consultorias e pela imposição de problemática exercida pelas agências financiadoras e, em alguns casos, pelo viés imposto pelos mediadores do processo de financiamento. Sob os efeitos desses constrangimentos, emergem objetos domesticados para as políticas públicas e grande parte dos “estudos” realizados pelos pesquisadores nacionais contratados para o efeito é parte do processo de governamentalização dos “problemas sociais” da agenda internacional do momento. Quando o relatório final é um texto que extrapola o enquadramento institucional prévio faz surgir objetos inoportunos e mal tratados no espaço limitado das consultorias apressadas e enquadradas.

O propósito deste artigo não é o de expor os efeitos de “invenção” de problemáticas sociais, mais sim o de partir de um desses objetos colaterais inoportunos e destacar a ontologia do acontecimento: a denúncia do turismo sexual por adolescentes inquiridos. O encontro entre um dispositivo de investigação e uma vontade de denúncia é um acontecimento e este texto é apenas um de seus múltiplos e efêmeros momentos de

eclosão. Trata-se de um efeito heurístico colateral à devassa intimista que me impunha a condição de investigador da problemática do HIV-SIDA nas crianças em situação de rua.

Pelo fato do então Instituto Cabo-verdiano de Menores (ICM) já ter realizado uma série sucessiva de estudos com as mesmas crianças e adolescentes em situação de rua, grande parte delas já se encontra preparada para o dispositivo que é o inquérito de pesquisa. A orientação das narrativas adolescentes está reflexivamente correlacionada aos dispositivos de pesquisa aos quais já estão habituados. A maior parte das crianças e adolescentes de ruas sabe que as acções subsequentes às pesquisas lhes podem gerar alguns poucos dividendos que sendo paliativos não provocam alterações no estilo de vida que querem preservar e proporcionam algum recurso para lidarem com as dimensões mais difíceis do “estar na rua”. Para se não cair numa apressada sociologia da desconstrução de representações sociais que poderia levar a desqualificar as narrativas adolescentes como construções derivadas de situações artificiais de pesquisa, se impõe levar em conta que tais “construtos” também se estendem a partir fissuras corporais dolorosas. Esta outra perspectiva que nasce da ferida e que se abre como uma ontologia é a que adoto neste artigo.

Na primeira fase da pesquisa (2005), o universo de “público-alvo” constituiu-se das 663 crianças e adolescentes que encontramos na rua em vários horários distantes entre si, nos Concelhos de Praia, Sta. Catarina, Sta. Cruz, Tarrafal, S. Vicente e Sal. Na cidade da Praia foram realizados 307 questionários e na de Mindelo 134. Nos demais concelhos foram realizados 225 questionários. Por crianças em situação de rua entendia-se crianças que passam a maior parte do tempo fora de casa e desprotegida dos cuidados de adultos de referência.

Depois dessa primeira fase de trabalho de campo em 2005, tive a oportunidade de em 2009 e em 2010 entrevistar de novo, em muito menor número, crianças em situação de rua, sob a modalidade de *focus groups*, para efeitos de diagnóstico das vulnerabilidades das crianças em Cabo Verde. O fato do relatório de 2005 ter de alguma forma impactado a vida social da instituição (que entretanto mudou de sigla, de Instituto Cabo-verdiano de Menores - ICM, passou a ser o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente – ICCA) encarregada de planejar e executar programas de protecção à crianças e adolescentes me permite, no cotejo com as entrevistas de 2010, discutir concretamente a operacionalidade do conceito de Giddens (1997) de reflexividade institucional.

Giddens (1997) não pretende que “a conexão entre entradas de conhecimento e a modificação daquelas condições em que os seres humanos figuram como objectos para eles próprios, seja simples e necessariamente expansiva da autonomia humana”, mas ainda assim sustenta que se deva cunhar de reflexividade institucional ao modo como o conhecimento especialista penetra as instituições e o cotidiano das pessoas leigas. Diferentemente do conceito de reflexividade de Beck (1997), sobre o qual não terei tempo de me estender, Giddens confere uma dimensão cognitiva ao conceito de reflexividade institucional, que de algum modo supõe aprendizado. É a essa dimensão epistemológica discutível do conceito que pretendo opor uma ontologia do turismo sexual.

## **1. A denúncia na voz dos adolescentes**

Até poucas décadas atrás, o estar na rua não se constituía necessariamente como uma situação de risco para as crianças, mesmo dos meios urbanos periféricos de Cabo Verde. A estrutura de relações entre parentes e vizinhos constituía uma redondeza em que as crianças circulavam sob um cuidado distante, porém efetivo. Situações de violência sexual eram controlados no interior dos dispositivos das parentelas e quando extravasavam eram regulados pelos dispositivos do tipo rumor, escândalo e ruidosas brigas de rua envolvendo falatórios intra e extra-familiares.

São esses dispositivos que deixam de funcionar adequada e eficazmente a quando a dissolução das redes de vizinhança nos meios urbanos. Hoje os adultos não-parentes estão destituídos do papel de referência autorizada para o adolescente das periferias urbanas de Mindelo, Praia e Sal. Dada a largada consumista e tendo sido exacerbado o individualismo e o auto-centramento das famílias ascendentes às posições medianas e elitistas, a vizinhança se dissolve. Adultos tendem a perder a hegemonia e o controle do espaço de rua. As “zonas”, hoje transformados em territórios de gangs, são espaços de guerras juvenis dos quais os adultos estão apartados se não acuados. Vínculos familiares se fragilizam e adolescentes dominam os espaços que outrora conformavam vizinhanças. As crianças mais destituídas de vínculos familiares passam a condição de errantes entre os territórios dominados por adolescentes em bandos. A entrada de um turismo de massa representa para essas crianças e adolescentes mais desterritorializados a exposição em um território de predação, sem referências de adultos autorizados.

É com relação aos espaços de confronto mais selvagens entre os vencedores e os vencidos do desenvolvimento<sup>7</sup> do país que se deve situar a problemática da exacerbação do abuso e da exploração sexual de adolescentes. Os fenômenos correlatos ao crescimento da desigualdade sócio-econômica, tais como a divisão dos espaços urbanos do arquipélago em territórios de gangs juvenis (os “thugs”) e meninas inseridas em redes de venda de sexo (as “pixinguinhas”) marcam a paisagem das preocupações sociais do momento em Cabo Verde.

O que os estudos governamentais não podem situar seriamente é que a violência e a prostituição juvenis em Cabo Verde se situam no cume do acontecimento – o confronto de classes, gêneros e gerações exacerbado pelo crescimento das desigualdades sociais.

A ausência de cuidados paternos nas classes populares aparece como o grande vilão que empurra as crianças para as situações em que estão expostas e são protagonistas da violência. O tema da violência no interior das famílias populares aparece como se apenas exacerbada pela rua.

Devo, em contraposição, explorar aqui a hipótese de que o turismo insere o abuso sexual no quadro de uma ordem sexual internacional que replica uma divisão internacional do trabalho herdada do colonialismo, em que os segmentos empobrecidos entram com a dimensão “suja” – não contabilizável – da prestação internacional de serviços. Trata-se de um fenômeno que se subsumido no tema do abuso e exploração sexual no interior das famílias pobres perde em gradiente ontológico para se apresentar como mero “problema social” para ávidos técnicos do policiamento social de famílias populares.

O turismo exacerba uma outra violência sexual que não aquela do interior das famílias. Trata-se da violência estrutural já presente na cidade, que é o da relação entre homens que ascendem em posições políticas, econômicas e culturais e jovens às margens do processo de crescimento econômico do país. Trata-se do pacto sexual que os vencedores da corrida para o desenvolvimento impõem aos vencidos e que pode, com o turismo em massa, ser internacionalizado.

Tanto na Praia como em Mindelo e Sal, as crianças estão expostas ao circuito de uma sexualidade mercantilizada em torno do turismo. Na capital, em 2005, coletei relatos de crianças de que eram abusadas e exploradas por estrangeiros.

---

<sup>7</sup> Cerca de 1/3 da população vive em situação de pobreza, enquanto o rendimento per capita do país aumentou de 902 dólares, em 1990, para 2000 dólares, em 2005.



*Havia uns estrangeiros que vinham, nos apanhavam e levavam-nos para a Gamboa. Faziam-nos ficar nus e tiravam-nos fotos. Pediam-nos para mostrar-lhes o pênis. Um deles chegou a levar muitos rapazinhos para o hotel, lá no Plateau. Fazia-se de doutor e nem doutor ele era. São aqueles homens “maricas”, tipos de homens que recebem pelo anús (entrevistado na Praia, 2005).*

Tecido em meio a uma conversa entre colegas e envolvendo um adulto pesquisador, há no relato um esforço deliberado para se dimensionar a anormalidade do ato, o que é sintomático de violação da identidade sexual que vinha sendo conformada no processo de socialização adolescente. É nas brecha que se instala entre uma teoria crítica que se assenta nas lutas cotidianas por reconhecimento (Honneth, 2009) e uma ontologia do acontecimento que ecoam aqui as denúncias adolescentes.

Da regularidade da violência ao caso específico em que um dos rapazes é “levado” ao hotel, a narrativa busca conduzir a termo a queixa, ao apresentar o caso como prova da regularidade. Trata-se de um texto que se dá enquanto queixa infantil construída para ser escutada e tratada por adultos.

*No nosso meio tem um rapazinho, amigo nosso, que já foi violado... Eu pedi que ele viesse, mas não veio. Ele está lá em baixo... Deve ter uns 11 ou 12 anos mais ou menos. Esses casos acontecem sempre. Sempre que eles encontram meninos de rua deitados no chão, eles pegam e se aproveitam (adolescente, entrevistado na Praia, 2005).*

A gramática da denúncia de uma criança de rua, habituada a ter suas queixas desqualificadas, assume seus testes e se coloca à prova diante do dispositivo de pesquisa. “Está lá em baixo um dos rapazes que já foi violado” – mobiliza, o denunciante, a prova.

*Eu me lembro de uma menina de 15 anos, eu e ela estávamos sempre juntos. Quando ela via um turista se aproximava. Os turistas levavam-na a sair para um local isolado na Baía. Quando terminavam a menina vinha eu perguntava o que foram fazer. A menina dizia-me que foram ter relações sexuais. Um dia vi essa menina com um rapaz e perguntei a ela quem era o rapaz. E ela contou-me que era o irmão dela. Então um dia apareceram dois turistas que circulavam num iate. Vieram e “deram fala” à menina e foram numa zona chamada Calhau. E fizeram tudo enquanto com eles. Um deles pagou e o outro não quis pagar. Então foram contar a polícia mais no outro dia, quando a polícia chegou, os turistas já tinham ido embora. Foi tarde de mais! (adolescente, entrevistado em Mindelo, 2005).*

Foi tarde de mais! A conclusão do relato dessa criança de treze anos denuncia a possibilidade de que venha a ser tarde de mais! O relato acusa o acontecimento – as autoridades cheguem tarde de mais! Se o relato eclode em sua dimensão ontológica, que margens restam para as hesitações epistêmicas?

Um acontecimento insiste em narrativas que lhe são a superfície de sentido. Mas o acontecimento é mais do que uma narrativa; ser violado abre uma fenda; trata-se de uma inscrição que precede o sujeito e lhe oferece lugares de enunciação, mas subsiste corporalizada e desorganiza os enunciados em narrativas estilhaçadas. Cravada na carne, o acontecimento é a ferida que o sujeito deve encarnar, mas que lhe precede. A temporalidade do acontecimento por não ser linear se indispõe aos quadros narrativos, esmaga-os num passado insistente que se recusa a devir apenas memória.

As crianças que se iniciam nas ruas mendigando aprendem rapidamente que não estão inseridas numa relação de dádiva, porque seu corpo inteiro está inserido numa relação de doação que torna indissociável o sujeito e o objeto da relação de troca. Da dádiva à predação, o caminho é o da dissolução de um sujeito de troca. O sujeito e todo o seu corpo exibidos na dádiva total impõem uma relação a qualquer custo. Na rua, as crianças e adolescentes deparam-se com um cotidiano que associa sexo e violência, num regime de erotização essencialmente altrucída, em que o desejo se realiza no esmagamento do Outro, corpo reduzido à condição passiva de um termo em uma relação de compra.

Em Mindelo, uma reunião com uma dúzia de garotos entre dez e quinze anos, traz a cena uma série impressionante de cenários de violência sexual:

*Na morada tinha alguns rapazes que andavam com fome e apareciam uns rapazes lá para bandas do pelourinho. Eram mais grandes, davam-lhes dinheiro em troca de relações sexuais. Eu ia os via fazendo sexo. Um dia eles correm atrás de mim e corri para não me pegarem. Um dia um deles quis ter relações comigo e eu disse para ele que eu não queria. Ele me caçou a força. Nesse momento apareceu um policia e eu contei o que estava acontecendo: que o rapaz pretendia me violar. Apanharam esse rapaz e levaram para a cadeia. (adolescente, Mindelo, 2005).*

Nos episódios não há um processo de fixação de identidades que prenda o protagonista à uma identidade de sujeito sexual que precisa se esconder e se revela a golpes de decifração. A narrativa se recusa a ser biográfica. Trata-se apenas de episódios e suas marcas. Os golpes de força não escavam uma dobra nos corpos juvenis, como uma identidade psicologizada. As feridas permanecem na superfície da pele e do

que é narrável em meio a jocosidade. Aqui a narrativa é mais uma modalidade de objetivação do que de subjetivação. Se os episódios são tecidos em meio a gozação é porque trata-se menos de fixar uma identidade sexual profunda do que para sinalizar as marcas de um acontecimento. Na forma como os relatos são coletáveis nas ruas de Mindelo e Praia, monstruoso é o acontecimento, não a interioridade que se deixaria escavar na forma de uma identidade sexual. Fica reservada aos profissionais do psi, a tarefa de escavar o ressentimento, fixar uma identidade que se faz ferida profunda nas crianças. Mas o trabalho de dobrar o acontecimento de cuidados pode tomar também outros rumos, menos paliativos e mais políticos.

As elites intelectuais de Mindelo, vêm desde a década de 30 construindo um imaginário de identidade cabo-verdiana associada à morabeza – termo local para expressar a afetividade e abertura em relação ao estrangeiro. Sob o selo da morabeza, o turismo em Cabo Verde acaba normalizando relações de proximidade física entre estrangeiros recém-chegados e crianças em situação de rua.

*Na Ribeira de Bote eu andava junto com um casal turista. Dormia no meio deles. Um dia a estrangeira saiu e foi fazer compra para o almoço. O marido da mulher quis me violar. Ele me deitou na cama, me colocou uma coisa na boca de maneira que eu não gritasse. Quando ia me forçar senti que a esposa ia chegar e me tirou o pano da boca. Ele me ameaçou que caso eu contasse para a esposa dele que ele me faria algo pior. Fiquei de boca calada. Ele me tirou a roupa e me fez relações sexuais. Eu abri a porta e corri. Nunca mais apareci por lá. Eu e a mulher estrangeira continuamos amigos. Acho que agora eles foram embora. (Adolescente, Mindelo, 2005).*

A familiarização de relações entre crianças e brancos recém-chegados é tanto mais facilitada quanto o mito da *morabeza* cabo-verdiana é a estrutura incorporada que acolhe os signos do colonizador associados à superioridade cultural e já agora a providência do desenvolvimento.

Turistas que infestam as praias de relações promíscuas com as crianças em situação de rua indicam bem um modo de inserção na globalização: aquela que assume os riscos biológicos e da degradação moral a um preço irrisório. O processo global de distribuição desigual dos riscos e dos lixos produzidos pela locomotiva da modernidade globalizada engendra nas diferentes sociedades graus diferentes de reflexividade e, portanto de domínio sobre os riscos e sobre o futuro. É o processo de transferência de riscos do centro do processo de globalização para a periferia.

*Quando o turista passa nesta zona, aparecem nos carros, homens de certa idade, já de terceira idade, ou até mais jovens que colocam esses rapazinhos dentro do carro e saem, por exemplo, logo de manhã fazendo toda uma trajetória em volta da ilha. Na volta uma parte das crianças fica aqui nessa esplanada e outras eles levam pra Santa Maria. Podem até envolver-se com esses meninos durante essa trajetória. (Agente de um estabelecimento comercial, Sal, janeiro de 2005).*

Se dos circuitos comerciais observa-se os movimentos e perigos que rondam os trajetos, das instituições de contacto mais íntimo com as crianças em situação de rua emergem relatos:

*Olha para te falar de um caso concreto: atendi um rapaz de 12 anos uma vez que foi abordado por um turista para sexo oral em troca de 200\$00. Eu fiquei surpreendida na altura eu falei com o ICM que nos tínhamos que fazer alguma coisa em relação aos turistas porque essas crianças podem ter a qualquer hora ser objecto sexual dos turistas. (Entrevista, técnica de uma ONG, 2005).*

Em comparação com as políticas de segurança dos países do norte, diante do espectro forjado de uma invasão do Sul, se poderia dizer que as nações do sul têm sistematicamente despolitizado a questão do turismo sexual. Pude experimentar essa despolitização na forma como as denúncias adolescentes eclodiram na pesquisa cinco anos mais tarde:

*Eles vão ter relações e passado um tempo fica-se a saber que o homem tem SIDA, a menina nem liga porque ainda não lhe disseram e ela vai tendo relações com outros, transmitindo SIDA. Essa outra pessoa vai transmitindo a outras pessoas e no fim das contas dizem que o vírus começou nela e que ela transmitiu para outras pessoas, que antes de entrar nisso ela tem que pensar primeiro no que está a fazer. (Focus groups, adolescente, 15 anos, 2010).*

Cinco anos após ter apresentado à instituição estatal que se encarrega de proteger crianças e adolescentes em situação de risco um relatório com um subcapítulo um tanto alarmista de “turismo sexual infanticida”, vejo as respostas em segurança muito aquém dos incentivos à ampliação do turismo de forma indiscriminada.

*Tem uma história muito conhecida em São Vicente, que é verdade, que é um gajo “dj” holandês que veio tocar num lugar, saiu com*

*uma moça num dia, saiu com outra no dia seguinte, ao todo saiu com três moças nas duas semanas que esteve cá. Quando ele foi-se embora deixou uma carta a cada uma delas a dizer que tem SIDA, que assim como ele apanhou todas apanharam também. Uma delas se matou, outra ficou doida, imagina a outra como ficou. Essas coisas é para ver, são coisas verídicas. Diz-se mesmo para as famílias terem consciência porque de qualquer maneira, as mulheres saem sempre a perder, mais de que os homens: engravidam e perdem, se vendem o corpo perdem porque dizem que não são sérias, etc. (Focus Groups, adolescente, 16 anos, 2010).*

Enquanto a associação entre o turismo e o desenvolvimento está em voga, não se assiste em Cabo Verde a nenhuma inflexão institucional quanto à problemática da exposição de crianças ao turismo sexual. Creio que as barreiras a se politizar a problemática do turismo sexual expõem bem a dimensão da assimetria entre as reflexividades institucionais do norte e do sul.

Enquanto o Norte impõe uma bio-política que sinaliza uma paranóica assimilação da presença de estrangeiros a inseguranças nacionais, sob o signo de que “estrangeiros são capazes de romper imunidades existentes” (COMAROFF, 2007: 198), o Sul responde mendigando mais presença física e simbólica ocidental como demonstração de ingresso na modernidade e viabilização do desenvolvimento.

Numa troca regrada, em tempos em que o HIV/SIDA sobrepolitiza a vida, no Sul o turismo sexual poderia ser tematizado como risco biológico. A vida que não é politizada em termos de direitos, mas que deve sustentar a possibilidade da soberania (aqui confundida com o desenvolvimento) é a vida nua, nos termos de Agamben (2003) a vida matável, excluída de existência social significativa. Em tempos de SIDA, uma sociedade que permite que suas crianças estejam em contato pessoal e indiscriminado com turistas é uma sociedade infanticida.

O argumento do artigo, parte do caso de uma jovem república em vias de ser invadida pelo turismo sexual e afirma a prefiguração do que a globalização significa em termos de relações norte sul. Situando claramente os termos da provocação: entre a singela afirmação de Giddens (1997) de que a globalização não deve mais ser vista como imperialismo unilateral<sup>8</sup> e reafirmação de Bhabha (1998) de que apesar da retórica

---

<sup>8</sup> Nos faz crer Giddens (1997) “Contudo, ao contrário de outras formas de conquista cultural ou militar, a desincorporação mediante sistemas abstratos é intrinsecamente descentralizada, pois corta a conexão orgânica com o lugar de onde a tradição dependia. Embora ainda dominada pelo poder ocidental, hoje em dia a globalização não pode mais ser qualificada como uma questão de imperialismo unilateral. A ação à distância foi sempre um processo bilateral; agora, entretanto, cada vez mais não há qualquer “direção” óbvia para a globalização, e suas ramificações estão sempre mais ou menos presentes. Em consequência disso, a fase atual da globalização não deve ser confundida com

espúria de ‘internacionalismo’ estamos presos nos circuitos viciosos do superávit que ligam o capital do primeiro mundo aos mercados de trabalho do Terceiro Mundo, dedico o final do artigo a intensificar a segunda posição levando em conta que o mercado de trabalho do Terceiro Mundo envolve também corpos e subjetividades adolescentes.

## **2. A ilusão da reflexividade institucional**

Por ser a meta-linguagem de Giddens uma reelaboração do senso comum sociológico sobre a globalização que busca a mediatização, merece bem o tratamento enquanto a teoria nativa ocidental sobre a modernidade e a globalização em uma de suas versões mais otimizadas e sistematizadas. A vontade subjacente, de penetração no senso comum jornalístico, realiza cabalmente o pressuposto da dupla hermenêutica em que as ciências sociais devem estar inseridas.

Sob o conceito de dupla hermenêutica, Giddens abriga tanto o empreendimento do sociólogo que lida com uma realidade já previamente interpretada pelos sujeitos pesquisados, como o fato de que os conceitos sociológicos penetram na vida social ganhando novas significações. Sob esse último aspecto, o que está em jogo, como última consequência, é o fato do componente intrínseco de imprevisibilidade de qualquer política de planejamento (Giddens, 2010: 131).

Se as conexões entre o desenvolvimento do conhecimento humano e o auto-entendimento humano parecem cortadas pelas “incertezas fabricadas”, o Estado deve ser mais do que providente, o Estado deve tornar-se assegurado, deve trabalhar a partir de cenários de retroprevisão. O conceito de retroprevisão está estritamente ligado à uma das facetas do que Giddens denomina dupla hermenêutica. Está subjacente a injunção a que as ciências sociais municiem um tipo de intervenção estatal que leve em conta e busque atuar para modelar as atitudes populares em relação ao risco (Giddens, 2010).

É nesse ponto que entra o conceito de Estado assegurado: um Estado que age como um facilitador, um viabilizador, que ajuda a estimular e apoiar a diversidade dos grupos sociais que levarão adiante as medidas (Giddens, 2010:27). Ainda assim, Giddens pretende que essa modelação de atitudes medidas através de sondagens não

---

a fase precedente, cujas estruturas ela atua no sentido de cada vez mais subverter”.

deva ser considerada uma forma de tecnocracia.

*A retrovisão soa tecnocrática. Na verdade, quase sempre envolve um elemento visionário, considerando que, por definição, projeta um futuro diferente do que é visto a partir do presente. (Giddens, 2010:129).*

Giddens nas obras de cariz mais teórico-metodológico atacara o conceito funcionalista de sistema em dois flancos: por não prever a dimensão de reflexividade humana e por levar a uma política quase cibernética. A crítica metodológica de certa forma abriu à possibilidade de uma concepção de sistema que fosse além da estabilidade pressuposta numa concepção homeostática. Porém, introduzir dinamismo e reflexividade nos sistemas ainda nada nos diz sobre o acontecer do sistema como perspectiva e como dispositivo tecnológico intercambiável entre nações. Aqui me interessa levar em conta que a dimensão tecnológica do neo-colonialismo passa pela importação de sistemas de controle das atividades humanas. Mesmo que admitamos que a auto-regulação humana se constitui como fenômeno distinto de sistematicidade em que a monitoração reflexiva tende quase sempre a alterar o que seria um ciclo de um sistema mecânico de retroação, segue que os dispositivos e a linguagem de controle do sistema continuam sistêmicos<sup>9</sup>.

Quando o sistema importado é imposto, ao serviço dos interesses das classes dominantes, e como sistema alienígena em relação às concepções e linguagens da maioria da população, gera o desvio epistémico do acontecimento que submete a política à engenharia social. Essa é a face pós-colonial da reflexividade institucional: o amontoado de relatórios científicos que obscurecem a imanência do acontecimento às vidas mutiladas.

Cinco anos depois do primeiro relatório que apresentei ao ICM, ao retornar a Cabo Verde, a prostituição de jovens adolescentes estava em larga medida naturalizada. O termo pixinguinha, fortemente carregado de injúria moral, com que as meninas que se envolviam em prostituição eram acusadas anteriormente, está hoje praticamente ausente. A prostituição saiu das redes de mexericos populares e ganhou páginas nas arenas dos periódicos locais. Como problema social técnico, a proteção social dos adolescentes deve disputar orçamento e enquadramento nas agendas governamentais ao lado das urgências desenvolvimentistas. Uma luta perdida, um

---

<sup>9</sup> É o que o próprio Giddens-teórico-metodológico, já reconheceu quando sugeriu que “as iniciativas em termos de auto-regulação reflexiva produzem igualmente uma difusão adicional dos processos de retroação, por via da introdução da tecnologia dos sistemas”.

problema social técnico que volta e meia será objeto de novos estudos governamentais, algumas matérias nos periódicos locais e algum trabalho de terreno paliativo de agentes do Estado e de ONGs. A engenharia social e a reflexividade institucional são produtos ocidentais correlatos a desigualdade dos fluxos de desejos e pessoas entre o Norte e o Sul da globalização. Tudo o que nos legam é perplexidade.

### ***Conclusão***

Em Cabo Verde, explosões de violência juvenil, na medida em que agredem o senso moral disciplinável e os interesses das famílias de classe média em processo de distanciamento sócio-cultural de suas origens populares, impõem desafios às agendas importadas de protecção social. É sob o impacto, para as “famílias” (termo utilizado com frequência pelos políticos das diversas legendas para falarem em nome de interesses “gerais”, leia-se das classe médias emergentes) desses dois fenômenos (pixinguinhas e thugs) que nos últimos anos se vem recomendando estudos governamentais na maior parte financiados por organismos internacionais.

Contrariamente ao que se poderia imaginar, tais estudos inseridos como estão na trama dos processos de globalização longe de significarem um incremento de reflexividade das instituições estatais no sentido de um ganho de cognoscibilidade, exibem apenas o entorpecimento dos sentidos e o esgotamento da política de autodefesa que a guerra de descolonização significou.

Classes médias e elites submetidas a fortes pressões consumistas, simultaneamente à precarização das condições sociais de existência das classes populares, criam situações de risco que as instituições contabilizam, prevêem, mas são incapazes de controlar. Relatórios dos problemas sociais do país são lidos, ficam acumulados e engavetados enquanto a máquina do desenvolvimento deve seguir esmagando corpos e modalidades de subjetivação.

As instituições estatais dos países africanos são, nos termos de Lasch (1997), “perdedores de reflexividade”. Pressionados pelo consumismo premente, seus agentes são, nas situações mais comuns, levados a atirarem-se sobre a escassez de recursos sem nenhum grau de distanciamento reflexivo. Nesse amalgamento voraz, informações, sobre os riscos do SIDA, por exemplo, não podem ser processadas em



termos de decisões políticas que possa ir além das frugais injunções internacionais.

## **Bibliografia**

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Excepção. São Paulo: Bointempo, 2003.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. *Estud. afro-asiát.* [online]. 2003, vol.25, n.3 [cited 2011-01-13], pp. 579-596 .

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem. *Horizontes Antropológicos.* , v.14, p.177 - 204, 2000.

CABO VERDE. Ministério das Finanças e do Planeamento. Insitituto Nacional de Estatística (INE) Disponível em:  
<http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/RELATORIO%20RESULTADOS%20PRELIMINARES%20RGPH%202010%20final.pdf> . Acesso em agosto 2011.

COMAROFF, Jean. "Beyond Bare Life: AIDS, (Bio)Politics, and the Neoliberal Order." *Public Culture* 19.1 (2007): 197–219.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A Dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimidade na transformação do Estado, 1960-2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.43, p.163-176, jun.2000.

ESKALERA KARAKOLA, "Prólogo", IN: VV.AA, *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras.* Traficantes de Sueños, Madrid, 2004.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade Pós-Tradicional. In: In: BECK, U.; GIDDENS, A. ; LASH, S. (orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Editora Unesp, 1997.

HONNETH, Axel. *Crítica del agravio moral: patologias de la sociedade contemporânea.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

KILMINSTER, Richard. The structuration theory as a world-view. In: Bryant, Christopher & Jary, David (eds.), *Giddens' Theory of structuration.* London: Routledge, pp. 74-115.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: BECK, U.; GIDDENS, A. ; LASH, S. (orgs). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

NEGRI, A. O Poder Constituinte. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

POPPER, Karl R. A Miséria do Historicismo. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1980.

VANDENBERGUE, Frédéric. Teoria social realista: um diálogo franco-britânico. Editora UFMG, 2011.